

Relatório de Gestão
Superintendência da Polícia Federal
em Roraima

1. Identificação

Item 1 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008

Objetivos

Apresentação das informações básicas sobre a unidade jurisdicionada, permitindo a visualização do conjunto de unidades gestoras abrangido pelo Relatório.

Tabela x – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência do Departamento de Polícia Federal em Roraima – SR/DPF/RR.	
CNPJ	n. 00.394.494/0093-54	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Endereço completo da sede	Av. Ville Roy n. 2801, bairro Caçari, Boa Vista – Roraima, CEP n. 69.307-725	
Endereço da página institucional na internet	http:\\ www.dpf.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	<ul style="list-style-type: none">➤ Portaria nº 551 de 14/12/93, publicada no DOU de 07/01/94;➤ Portaria n. 1.825, de 13 de outubro de 2006.	
Código da UJ titular do relatório	200074	
Códigos das UJ abrangidas	“Não consolida outras unidades”	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Segurança Pública	
Tipo de atividade	Policial	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Primária	200074
	Tesouro	200384
	Funapol	200385

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

Item 2 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas.

A Constituição Federal fixa, em seu art. 144, § 1º, inciso I, as atribuições da Polícia Federal no tocante às políticas públicas de segurança. Tal disposição ampliou sobremaneira o leque de atuação do órgão, haja vista que a noção de “*interesses da União*” pode ser aplicada a qualquer situação.

Particularmente nas zonas de fronteira da Região Norte, o papel político-institucional da Polícia Federal assume contornos inigualáveis quando comparado com as demais realidades brasileiras – sem desmerecer qualquer outro estado ou região. Explica-se: sendo a maior parte de nossa extensão territorial destinada à preservação da cultura indígena e utilização do solo pelos ocupantes primeiros de nossa nação, deparamo-nos diuturnamente com conflitos de interesses e entendimentos.

Por um lado, a Carta Magna - em compasso com o sentimento nacional de resgate indigenista – “institucionalizou” verdadeiras “Nações Indígenas”, sendo assegurados aos povos primitivos de nosso país enorme carga de direitos, notadamente no tocante à propriedade de terras e sua exploração. Por outro, a necessidade de crescimento do estado, como Unidade da Federação, reclama a adoção de políticas públicas de desenvolvimento econômico, social, cultural, etc.. Tais antagonismos geram conflitos que somente a União pode, e deve, solucionar. São

arrozais que reclamam a posse da terra para fins de desenvolvimento econômico e social; comunidades indígenas que defendem seu direito de propriedade sobre as mesmas e o estado pleiteando a exploração do subsolo como forma de auferir renda e propiciar melhor qualidade de vida aos seus habitantes. Com a decisão da Egrégia Corte Brasileira – STF, no final de 2008, fora confirmado a demarcação das terras indígenas, restando a Polícia Federal manter equipes patrulhando as áreas indígenas de forma a prevenir os conflitos entre as etnias ali existentes, considerando a divergência de opiniões referentes ao tema em questão. Essa prevenção está sendo promovida pela Operação UPATAKON III que estará atuante até que seja consolidado todo o processo demarcatório permissivo pelo Governo Federal.

Some-se a isso o crescente interesse de outras nações na exploração de nossa biodiversidade e riqueza mineral, o que gera o ingresso desmedido de alienígenas em nosso país através de nossas fronteiras secas.

Em meio a tal cenário a Superintendência da Polícia Federal em Roraima vem firmando parcerias com o Exército Brasileiro em ações de monitoramento e preservação de nossa faixa fronteiriça e com a Polícia Rodoviária Federal na repressão e prevenção de crimes de contrabando e descaminho, furto de cargas e/ou veículos, tráfico ilícito de drogas e até mesmo de seres humanos.

Mudamos nosso modo de agir para podermos melhor combater o crime, não permitindo, assim, que nossos métodos sejam conhecidos e evitados. Estratégia? Intensificamos nossas “micro-operações”. Se diversos crimes são praticados em trabalho de “formiguinha”, adotamos técnicas de “formiguinhas” para combatê-los. O resultado? Significativa redução na prática de descaminho. “Barreiras-surpresa” em períodos e pontos antes desprezados mostraram que pequenos delitos estavam em curso de forma ampla e por rotas antes não utilizadas. Resultado? Redução de tais ocorrências, desnortando os infratores com a constante preocupação de *“onde estará hoje a Polícia Federal?”* *“Podemos agir hoje?”*.

Implementamos “OPERAÇÕES PRESENCIAIS” no estado, nas quais a Polícia Federal se mostra à população em constante e intenso agir e coíbe as ações infracionais. Resultado? Na região de fronteira (Bonfim e Pacaraima) a prática de descaminho antes realizada por estradas de terra sofreu significativo abalo, sendo freqüente o comentário entre os moradores de tais localidades, dando conta de que *“a Polícia Federal está atrapalhando nosso ganha-pão. Não tá deixando a gente trabalhar”*.

A participação recente de representantes do órgão, em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, a FUNAI, o INCRA e outros entes, tem levado aos trabalhadores ribeirinhos o conhecimento de seus direitos e garantias. Acreditamos que tal medida, ainda em fase embrionária, tende a reduzir a sonegação de tributos federais e/ou contribuições sociais devidas à seguridade social, bem como diminuir o volume de lesões ao erário causadas pela utilização de documentos falsos, quer materialmente, quer ideologicamente.

O monitoramento e a vigilância constantes das rotas habitualmente utilizadas para o tráfico ilícito de drogas e seus integrantes tem igualmente contribuído para o combate de tal crime, obrigando os infratores a buscarem alternativas outras que não o estado de Roraima.

A vizinhança com a Venezuela e a Guiana Inglesa ensejam o ingresso irregular de estrangeiros em nosso território, o que causa, por diversas vezes, sua contratação em condições indesejadas, quer no tocante aos encargos sociais que devam ser suportados pelos empregadores, quer na condição de quase escravidão a que não raro são submetidas tais pessoas. Parcerias deverão ser firmadas com o Ministério do Trabalho a fim de reprimir tais práticas. Neste diapasão as OPERAÇÕES PRESENCIAIS têm o condão de coletar dados necessários à adoção das medidas aplicáveis.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

No exercício de 2008 demos um grande passo para a institucionalização da Polícia Federal em Roraima, pois, apesar de todas as adversidades, conseguimos licitar o projeto executivo da construção da nova sede que resolverá a deficiência de espaço físico para a concentração otimizada das atividades – fim e meio da polícia. Atualmente estamos assentados em local bastante reduzido, considerando que o mesmo abriga uma série de delegacias e setores que desempenham variados serviços a comunidade, em vista do cumprimento do poder-dever do Estado perante a sociedade brasileira e local, proporcionando segurança, prevenção e repressão aos ilícitos penais. A atual sede está em litígio, fato esse que torna impossível incorporar melhorias no imóvel. Com a criação do NOBRE – Núcleo de Obras e Reformas, foi possível a realização de vários projetos de engenharia, considerando o fato de que não tínhamos um setor responsável pelo planejamento de construções, reformas e conservação predial.

Paripassu podemos mencionar a continuidade da Operação UPATAKON III, que visa prevenir conflitos em áreas indígenas por ocasião da demarcação decidida pelo STF – Supremo Tribunal Federal, ainda não de forma definitiva, no final 2008, determinada pelo Governo Federal.

Outrora podemos mencionar também que investimos no reaparelhamento da Polícia Federal, que contou com o apoio material de viaturas L200 que estão sendo usadas no cumprimento da determinação do STF e do Governo Federal, sem as quais seria impossível o deslocamento do efetivo em áreas acidentadas e de difícil acesso.

Na área administrativa é perceptível o número reduzido de servidores, originado pela ausência de concurso público. O quadro atual apresenta servidores antigos à espera da aposentadoria e os poucos que restaram carregam o ônus do trabalho acumulado. A política salarial é outro fator evasivo, pois cria verdadeiro quadro discriminatório entre os servidores administrativos e os policiais, considerando o contexto da Polícia Federal, onde podemos exemplificar: as atividades financeiras, de licitações e contratos, material, e diretoria regional de logística e outras agregadas, que sequer são apreciadas como forma do sustento da máquina operacional da polícia, que deverá adequar-se ao conceito evolutivo de Administração Pública, considerando os conceitos inerentes a área como ciência.

A inércia e a resistência às transformações prejudica a organização que não se atentou para os novos clamores sociais que se modificam com o crescimento tecnológico, com isso surgindo novos tipos ainda não descritos no Direito Penal, mas que causam graves perturbações sociais. Precisamos evoluir e despertar uma nova consciência evolutiva, considerando que a atividade - meio obedece ao cerne do Direito Administrativo Pátrio, cujo guardião é a Egrégia Suprema Corte de Contas do Brasil, e cujo princípio nuclear é o da prestação de contas.

Com a criação do estado moderno, tomando-se por base o pilar da Revolução Francesa, na qual está inserta a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, votada definitivamente em 02 de outubro de 1789, consagrou o princípio da prestação de contas no seu artigo 15: “A sociedade tem o direito de exigir contas a qualquer agente público de sua administração”. Assim também, afirmamos de forma incontestada, que as atividades administrativas regem-se pelas regras do Direito Administrativo, e, sem as quais a máquina emperra, com isso prejudicando o produto final de qualquer esfera do Poder, seja ele Legislativo, Judiciário e principalmente do Executivo, onde as atividades administrativas são tipicamente desenvolvidas.

No que tange a valorização dos servidores, principalmente o corpo administrativo componente da Polícia Federal, trazemos a luz o contexto normativo do Decreto n. 5.687, de 31.01.2006, que promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, atendendo o apelo mundial da Convenção das Nações Unidas contra o Crime organizado Internacional, assinada pelo Brasil no dia 09 de dezembro de 2003, ratificada pelo Governo no dia 15 de junho de 2005, que intenciona no seu corpo normativo, mais precisamente no art. 7, referente ao Setor Público, item 1, letra “c” – que grava *in verbis*: “Fomentarão uma remuneração adequada e escalas de soldo equitativas, tendo em conta o nível de desenvolvimento econômico do Estado Parte; e na letra “d” – que assevera “promoverão programas de formação e capacitação que lhes permitam cumprir os requisitos de desempenho correto, honroso e devido de suas funções e lhes proporcionem capacitação especializada e apropriada para que sejam mais conscientes dos riscos da corrupção inerentes ao desempenho de suas funções. Tais programas poderão fazer referência a códigos ou normas de condutas nas esferas pertinentes”. Com esses itens o Governo espera ações que fomentarão o combate a corrupção, crime de grande relevância social, pois seus efeitos são multiofensivos a qualquer nação do globo terrestre, ocasiona elevado grau de pobreza e exacerbada indigência.

O setor público ao criar bases para uma melhor estrutura funcional deverá desenvolver estudos voltados a estrutura de cargos e salários com sua correlata e justa remuneração, considerando o grau de responsabilidade e formação de cada servidor envolvido no processo administrativo organizacional.

O professor Aristeu de Oliveira, em sua obra “Manual de Descrição de cargos”, editora Atlas, ano de 2002, traz cristalina lição sobre o conceito de descrição de cargos, abaixo disponibilizado *in verbis*:

“A descrição de cargos é um processo que consiste em determinar, pela observação e pelo estudo, os fatos ou elementos que compõem a natureza de um cargo e o torna distinto dos outros cargos existentes na organização. De forma geral, ela define algumas responsabilidades principais e uma lista de tarefas que o ocupante do cargo deve desempenhar.

O cargo é expresso por meio da determinação das qualificações, juntamente com requisitos básicos, como experiência, escolaridade, responsabilidade, conhecimento técnico, condições de trabalho e outros fatores exigidos de seu ocupante para seu efetivo desempenho.

A relação das responsabilidades ou tarefas de um cargo chama-se descrição do cargo.

A descrição de cargo fornece informações que servirão de base para obter o máximo de dados possível que serão utilizados para fins de remuneração, seleção, treinamento, etc...

A composição do cargo é a base para estabelecer critérios e técnicas de remuneração e recrutamento.

Existem cargos cuja análise é mais complexa; entre eles, sobressaem os da área científica e técnica.

Alguns cargos são de uso geral e podem existir dentro de diferentes departamentos; são eles: secretária, assistente, auxiliar, etc... Os ocupantes de

um mesmo cargo podem ter atribuições (ou funções) diferentes uns dos outros. Dado esse motivo, é costume distinguir **cargo** de **função**.

Cargo: é a ocupação oficial do empregado.

Função: é sua atribuição específica, ou conjunto de atribuições.

Por exemplo, pode haver um número grande de auxiliares administrativos, assistentes administrativos e secretárias, como ocupação oficial do empregado, enquanto cada um deles pode ter funções diferentes dos demais”.

Resta a aplicação dos institutos legais disponíveis com o conseqüente estímulo às atividades tipicamente administrativas dentro do contexto da Polícia Federal, proporcionando aos servidores respeito e dignidade no desempenho de suas funções, com justa retributividade proporcional ao grau de responsabilidade com a coisa pública, evitando migração de servidores treinados à outros órgãos e, com isso, causando prejuízos a Administração Pública que investiu no treinamento e qualificação daqueles.

No que concerne as metas Regionais, disponibilizamos abaixo o seguinte quadro:

QUADRO DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO PLANO DE METAS 2008

N.	ITEM	N. METAS	Cumpridas/parcialmente	%	METAS NÃO CUMPRIDAS	%
01	Metas policiais	40	23	57	17	43
02	Metas Administrativas	19	11	57	8	43
03	Metas Institucionais	05	03	60	2	40
TOTAL		64	37	57	27	43

O PMA – Plano de Metas Anual, do exercício de 2008, desta Regional está disponibilizado em separado ao Relatório de Gestão, o mesmo contém a descrição das metas e o setores responsáveis pelo cumprimento das mesmas.

Resta crítica ao sistema de cotização de metas para a Polícia Federal inserto na PLOA/PPLA e o seu respectivo produto, que estabelece números de operações a serem realizadas pela Polícia Federal, com isso quase que obrigando as Regionais cumprirem com rigor o produto estabelecido, visando aparentar melhor desempenho nas atividades policiais. Fato esse, do ponto de vista jurídico, eivado de negativismo pois colocamos as ações policiais em uma zona cinzenta, sensível, onde o aparato policial poderá deixar de se preocupar com a razão prima de sua existência prevista no art. 144, § 1º, I - IV da Carta Republicana de 1988 e passará a criar operações para cumprir apenas cronogramas financeiros e quantitativos, não se interessando a repercussão social do delito/crime. Sabemos que o Direito Penal está em busca de soluções para o sistema carcerário que se encontra superlotado, com apenação rigorosa de infrações insignificantes, com isso não observando o contexto da *ultima ratio* tão difundida pelo ilustre penalista Claus Roxin.

Devemos evitar operações policiais, cujo fato tipificado seja insignificante, onde os custos superam o rigor da punibilidade, devemos mais uma vez buscar o princípio da razoabilidade alienado ao da proporcionalidade, avaliando a economicidade diante do controle patrimonial do erário publico gerido pela Suprema Corte de Contas do Brasil.

2.3. Programas

Os programas executados por esta UJ são:

Na gestão 200384 – 0750 – Apoio Administrativo; 1453 – Campanha do Desarmamento Nacional;

Na gestão 200385 – 0750 – Apoio Administrativo; 1353- Modernização da Polícia Federal; 0662 – Combate a Criminalidade

2.3.1. Programa 0750 – Nome – Apoio Administrativo

Tabela x – Dados gerais do programa

Tipo de programa (1)	Programa de Apoio às Políticas Públicas e Àreas Especiais
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão dos seus programas finalísticos
Objetivos Específicos	Informação Não disponível
Gerente do programa (2)	DLOG/DPF/DF
Gerente executivo (2)	COF/DLOG/DPF/DF
Responsável pelo programa no âmbito da UJ (3)	Superintendente Regional - Gestor
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Não aplicável a natureza jurídica da UJ
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.1.1. Principais Ações do Programa

2.3.1.1.1 Ação 2000 – Administração da Unidade

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 – Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 – Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 – Ações de Informática.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agragação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Polícia Federal
Coordenador nacional da ação (1)	Polícia Federal
Unidades executoras (1)	Superintendencia Regional
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Superintendente/Ordenador

Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Informação não disponível
---	---------------------------

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados obtidos em cada ação:

Tabela x – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	4.093.528,13	4.093.528,13	100%
Física	1	2	-

1 – As metas da Polícia Federal são quantificadas no SIGPLAN, componente do Ministério do Planejamento, e são direcionadas de forma global, com isso, não possuindo uma quantificação por superintendências das unidades federativas.

2 – Vide resultado das ações policiais inseridas no item 17 deste relatório.

Resultados:

Na Ação 2000 foram empregados recursos em diárias, passagens, adimplemento de obrigações contratuais com terceirizados, materiais de consumo e serviços necessários ao desempenho da atividade policial, sem os quais estaria comprometido todo o sistema da atividade – fim. Há de se comentar o significativo gasto com os contratos de limpeza e conservação, vigilância e digitadores e recepcionistas (R\$1.396.665,88), sem os quais, também, estariam comprometidos os serviços burocráticos desta Regional. O valor de (R\$ 281.222,25) foi gasto no pagamento diárias a servidor administrativo que fora prestar serviços principalmente em Postos de Fronteira, considerando a deficiência de tais servidores nacionalmente. No que se refere a material de consumo, a Regional gastou (R\$ 736.588,54) devido a utilização dos mesmos em cartuchos e toner's para impressoras, café, açúcar, material de expediente em geral e combustível utilizado na atividade - meio e fim. No que se reporta a passagens fora gasto com deslocamento para outras Regionais, no período ora em comento, o valor de (R\$ 316.901,22) fornecidas por empresa devidamente licitadas e controladas pelo sistema TOKEN implantado pelo SERPRO. No elemento de despesa 3390.39 fora utilizado o valor de (R\$857.570,31) para custeio de fornecimento de serviços de mecânica em automóveis com substituição de peças, lavagem e conservação dos mesmos, conservação de aparelhos condicionadores de ar.

Abaixo segue tabela discriminado os gastos com essa ação:

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
3390.14	Diárias	281.222,25
3390.30	Material de consumo	736.588,54
3390.33	Passagens	316.901,22
3390.36	Serviço de terceiros pessoa física	177.358,63
3390.37	Locação de mão- de- obra	1.396.665,88
3390.39	Serviço de terceiro pessoa jurídica	857.570,31
3390.47	Taxas	4.032,49
3390.92	Despesas de exercício anteriores	44.710,35
3390.93	Ressarcimento e indenizações	81.732,05
4490.52	Material Permanente	169.069,13
3391.39	Imprensa nacional	27.677,28
TOTAL		4.093.528,13

2.3.2. Programa 1453 – Nome – Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

Tabela x – Dados gerais do programa

Tipo de programa (1)	Finalístico
Objetivo geral	Indenização de armamentos entregues espontaneamente
Objetivos Específicos	Informação não disponível
Gerente do programa (2)	MJ/Polícia Federal
Gerente executivo (2)	MJ/Polícia Federal
Responsável pelo programa no âmbito da UJ (3)	Superintendente Regional - Gestor
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Percentual de execução física
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.2.1. Principais Ações do Programa

2.3.2.1.1 Ação 8375 – Campanha do Desarmamento

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Indenização de armas entregues
Descrição	A ação consiste no estímulo ao desarmamento nacional, indenizando os proprietários de armas que entregaram as mesmas no seu respectivo Estado da Federação
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Polícia Federal
Coordenador nacional da ação (1)	Polícia Federal
Unidades executoras (1)	Superintendencia Regional
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	DELEARM/SR/DPF/RR
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Informação não disponível

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados obtidos em cada ação:

Tabela x – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.000,00	1.000,00	100
Física	10 (unidades)	10 (unidades)	10 (unidades)

Resultados:

Na Ação 8375 foram empregados recursos em indenizações de armamentos entregues, visando apoio na campanha nacional do desarmamento do Governo Federal.

Abaixo segue tabela discriminado os gastos com essa ação:

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
3390.93	Ressarcimento e indenizações	1.000,00
TOTAL		1.000,00

2.3.3. Programa 0750 – Nome – Apoio Administrativo

Tabela x – Dados gerais do programa

Tipo de programa (1)	Programa de apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão dos seus programas finalísticos.
Objetivos Específicos	Informação não disponível
Gerente do programa (2)	Polícia Federal
Gerente executivo (2)	Superintendência Regional
Responsável pelo programa no âmbito da UJ (3)	Superintendente
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Não aplicável a natureza jurídica da UJ
Público-alvo (beneficiários)	Governo Federal

2.3.3.1. Principais Ações do Programa

2.3.3.1.1. Ação 2000 – Nome – Administração da Unidade - Nacional

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 – Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 – Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 – Ações de Informática.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agragação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias á gestão e administração da unidade.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	MJ/Polícia Federal
Coordenador nacional da ação (1)	MJ/Polícia Federal
Unidades executoras (1)	Informação não disponível
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Superintendente/Ordenador
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Informação não disponível

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados obtidos em cada ação:

Tabela x – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	9.482,61	9.482,61	100
Física	1	2	-

1 – As metas da Polícia Federal são quantificadas no SIGPLAN, componente do Ministério do Planejamento, e são direcionadas de forma global, com isso, não possuindo uma quantificação por superintendências das unidades federativas.

2 – Vide resultado das ações policiais inseridas no item 17 deste relatório.

Resultados:

Na Ação 2000 foram empregados recursos em Suprimento de Fundos para custeio de atividades policiais com o objetivo de obtenção de dados das investigações sigilosas, geralmente envolvendo tráfico de drogas.

Abaixo segue tabela discriminado os gastos com essa ação:

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
3390.30	Material de consumo	6.619,25
3390.36	Serviço de terceiros pessoa física	1.555,00
3390.39	Serviço de terceiros pessoa jurídica	1.308,36
TOTAL		9.482,61

2.3.4. Programa 1353 – Nome – Modernização da Polícia Federal

Tabela x – Dados gerais do programa

Tipo de programa (1)	Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Construção do Edifício – sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima, no município de Boa Vista.
Objetivos Específicos	Institucionalização da Polícia Federal
Gerente do programa (2)	Polícia Federal/MJ
Gerente executivo (2)	Polícia Federal/MJ
Responsável pelo programa no âmbito da UJ (3)	Superintendente/Ordenador
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Informação não disponível
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

2.3.4.1. Principais Ações do Programa

2.3.4.1.1. Ação 7E37 – Nome – Construção do Edifício-sede da Superintendência da Polícia Federal em Roraima.

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Proporcionar à Polícia Federal estrutura física adequada ao melhor desempenho de suas funções, aprimorando a qualidade do atendimento ao público externo.
Descrição	Construção do Edifício-sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima, no município de Boa Vista, visando constituir um centro de atividades a fim de atender a crescente demanda da sociedade em relação a Segurança Pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Polícia Federal/MJ
Coordenador nacional da ação (1)	Polícia Federal/MJ
Unidades executoras (1)	Informação não disponível
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Superintendente/Ordenador
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Informação não disponível

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados obtidos em cada ação:

Tabela x – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	327.366,60	327.366,60	100
Física	1	1(unidade)	-

Resultados:

Na Ação 7E37 foram empregados recursos na contratação de empresa fornecedora do projeto de engenharia do novo prédio a ser licitado, visando disponibilizar um espaço próprio para a atuação da Polícia Federal em Roraima. A previsão de construção do Edifício- sede da Polícia Federal em Roraima está inserto no Orçamento Geral da União - 1353.1B36.0056 – Modernização da Polícia Federal – Ofício n. 010/2007 – GSRJ – Senador Romero Jucá, datado do dia 10 de janeiro de 2007.

Abaixo segue tabela discriminando os gastos com essa ação:

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
4490.51	Obras e Engenharia	327.366,60
TOTAL		

2.3.5. Programa 0662 – Nome – Combate a Criminalidade

Tabela x – Dados gerais do programa

Tipo de programa (1)	Finalístico
Objetivo geral	Intensificar o combate a criminalidade no país mediante fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.
Objetivos Específicos	Reduzir a criminalidade intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União

Gerente do programa (2)	Polícia Federal
Gerente executivo (2)	Polícia Federal
Responsável pelo programa no âmbito da UJ (3)	Superintendente Regional/Ordenador
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal/Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

2.3.5.1. Principais Ações do Programa

2.3.5.1.1. Ação 2679 – Nome – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Finalístico (direta)
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos,. Utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outras. Realizar controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão de documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas as atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como a instauração de processos administrativos de infração visando apuração de infrações previstas na Lei n. 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	MJ/Polícia Federal
Coordenador nacional da ação (1)	MJ/Polícia Federal
Unidades executoras (1)	MJ/Polícia Federal
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Superintendente/Ordenador
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Informação não disponível

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados obtidos em cada ação:

Tabela x – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	61.671,12	61.671,12	100
Física	-	-	-

1 – As metas da Polícia Federal são quantificadas no SIGPLAN, componente do Ministério do Planejamento, e são direcionadas de forma global, com isso, não possuindo uma quantificação por superintendências das unidades federativas.

2 – Vide resultado das ações policiais inseridas no item 17 deste relatório.

Resultados:

Na Ação 2679 ora em comento, foram gasto valores em suprimento de fundos, visando custeio de operações policiais, ações fiscalizatórias e outras necessárias a cobertura da atividade policial, que depende da discricão e sigilo. Dntre as operações realizadas, incluímos a da Pedofilia desencadeada em Roraima

Abaixo segue tabela discriminado os gastos com essa ação:

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
3390.14	Diárias	36.381,41
3390.33	Passagens	4.916,00
3390.30	Consumo	11.492,21
3390.36	Serviço de terceiros pessoa física	1.820,00
3390.39	Serviço de terceiros pessoa jurídica	6.821,00
4490.52	Material Permanente	240,50
TOTAL		61.671,12

2.3.5.1.2. Ação 4572 – Nome – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Finalístico (direta)
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	MJ/Polícia Federal
Coordenador nacional da ação (1)	MJ/Polícia Federal
Unidades executoras (1)	Superintendências Regionais
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Superintendente Regional
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Informação não disponível

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados obtidos em cada ação:

Tabela x – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	4.362,02	4.362,02	100
Física	1	2 (unidades)	-

1 – As metas da Polícia Federal são quantificadas no SIGPLAN, componente do Ministério do Planejamento, e são direcionadas de forma global, com isso, não possuindo uma quantificação por superintendências das unidades federativas.

2 – Vide resultado das ações policiais insertas no item 17 deste relatório.

Resultados:

Com a Ação 4572 a unidade jurisdicionada realizou ação de capacitação de servidor atuante na área pericial, visando atualizações inerentes as suas atribuições, ou seja, na confecção de laudos que servirão elemento probante a proposição da ação penal instaurada pelo Ministério Público. No entanto, é bastante insignificante essa ação pois o crime organizado requer que mais policiais tenham capacidade de desenvolver suas potencialidades, visando eficácia nas ações desenvolvidas pela Polícia Federal.

Abaixo segue tabela discriminando os gastos com essa ação:

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
3390.39	Serviço de terceiro pessoa jurídica	4.362,02
TOTAL		4.362,02

2.3.5.1.3. Ação 2726 – Nome – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens e Serviços da União

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Finalístico (direta)
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, restituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes, aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	MJ/Polícia Federal
Coordenador nacional da ação (1)	MJ/Polícia Federal
Unidades executoras (1)	MJ/Polícia Federal
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Superintendente Regional
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Informação não disponível

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados obtidos em cada ação:

Tabela x – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.761.079,92	2.761.079,92	100
Física	1	2	-

1 – As metas da Polícia Federal são quantificadas no SIGPLAN, componente do Ministério do Planejamento, e são direcionadas de forma global, com isso, não possuindo uma quantificação por superintendências das unidades federativas.

2 – Vide resultado das ações policiais inseridas no item 17 deste relatório.

Resultados:

Na Ação 2726 visou empregar recursos na OPERAÇÃO UPATAKON III, visando dar suporte a desintrusão dos arrozeiros das áreas indígenas, o material de consumo gastou com combustível, água, mantimentos. Já no serviço de terceiro pessoa jurídica foi empregado recursos no conserto e manutenção de viaturas. No serviço de terceiros pessoa física temos o custeio de aluguéis e no elemento de despesa 4490.52 foram gastos na montagem da Base Operacional de PLACAS na área indígena Raposa Serra do Sol e do do escritório de apoio logístico.

Abaixo segue tabela discriminado os gastos com essa ação:

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
3390.14	Diárias	883.680,41
3390.30	Material de consumo	1.264.481,08
3390.36	Serviço de terceiros pessoa física	95.462,54
3390.39	Serviço de terceiro pessoa jurídica	435.422,49
3390.92	Despesas de exercício anteriores	2.532,75
3390.93	Ressarcimento e indenizações	25.195,00
4490.52	Material Permanente	54.305,65
TOTAL		2.761.079,92

2.3.5.1.3. Ação 2720 – Nome – Ações de Caráter Sigiloso na área de Segurança Pública

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Finalístico (direta)
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando o mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correções disciplinares e de combate à corrupção interna
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	MJ/Polícia Federal (Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal)
Coordenador nacional da ação (1)	MJ/Polícia Federal
Unidades executoras (1)	MJ/Polícia Federal

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Superintendente Regional
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Informação não disponível

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados obtidos em cada ação:

Tabela x – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	90.169,64	90.169,64	100
Física	1	2	-

1 – As metas da Polícia Federal são quantificadas no SIGPLAN, componente do Ministério do Planejamento, e são direcionadas de forma global, com isso, não possuindo uma quantificação por superintendências das unidades federativas.

2 – Vide resultado das ações policiais inseridas no item 17 deste relatório.

Resultados:

Na Ação 2720 foram empregados em atividades estritamente de inteligência, visando investigação do crime organizado, tráfico de entorpecentes e outros que necessitam da atuação discreta da polícia em todo o estado de Roraima. Foi empregado nas atividades desta ação verbas de caráter sigiloso.

Abaixo segue tabela discriminado os gastos com essa ação:

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
3390.30	Material de consumo	8.429,64
3390.36	Serviço de terceiros pessoa física	76.990,00
3390.39	Serviço de terceiro pessoa jurídica	4.750,00
TOTAL		90.169,64

2.4. Desempenho Operacional

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

2.4.1 - Evolução de gastos gerais

Além dos indicadores de desempenho, devem ser evidenciadas pela UJ, de acordo com a tabela abaixo, os principais gastos ocorridos, ao longo dos últimos 3 anos (despesas pagas), podendo ser adicionados comentários que expliquem o comportamento dos gastos gerais da Unidade

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	261.912,30	318.929,02	366.817,22
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	884.630,18	1.262.086,42	1.201.284,07
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	1.084.401,48	1.157.269,06	1.396.665,88
3.1. Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	624.814,65	715.815,58	820.207,96
3.3. Tecnologia da informação	-	-	-
3.4. Outras Terceirizações	459.586,83	441.453,48	576.457,92
3.5. Suprimento de fundos	1.474,24	-	434.016,12
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	105.617,11	132.196,72	434.016,12
TOTAIS	2.470.909,23	2.870.481,22	3.795.449,35

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Item 3 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008. Quadro II.A.1- Reconhecimento de Passivos

(NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO)

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Item 4 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008. Quadro II.A.2- Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no SIAFI.

Quadro II.A.2 – Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no SIAFI

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008(200384)	-	-	-	-	227.232,12	1.575,00	227.232,12	-
2008(200385)	-	-	-	-	1.426.110,26	1.148,93	1.403.810,26	22.300,00
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	1.653342,38	2.723,93	1.631.042,26	22.300,00

Nota:

- Devem ser informados os valores constantes do SIAFI;
- O quadro deve ser complementado por uma análise abordando:
 - as razões para a permanência de Restos a Pagar Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro;
 - discriminação de valores referentes a restos a pagar que permanecem no sistema sem que porventura sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

(NÃO HOUE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO)

6. Previdência Complementar Patrocinada

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

8. Renúncia Tributária

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

10. Operações de fundos

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

11. Despesas com cartão de crédito

Item 11 do conteúdo geral do Anexo II da DN-TCU-93/2008

Tabela x – Cartão de crédito cooperativo: série histórica das despesas

	Fatura		Saque	
	Quantidade (1)	Valor	Quantidade	Valor
2006	143	25.395,38	87	14.720,00-
2007	237	39.207,61	181	83.990,00
2008	323	135.377,61	349	296.565,00

(1) A quantidade refere-se a cada ocorrência da fatura (item de gasto)

Tabela y – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Limite de utilização total da UG: 500.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: 339030.52;3390.36.24;339039.42;339030.96;339036.96;339039.96;449052.96	
Limites concedidos a cada portador:	
Portador	Limite
Renato Ribeiro Carvalho	4.500,00
Felipe Arlota Freitas	7.000,00
Jesaias P.R.Andrade	2.000,00
Jesaias P.R.Andrade	2.000,00
Renato Ribeiro de Carvalho	5.000,00
Douglas Soares valente	3.000,00
Luis felipe B. Felix	1.000,00
Luis Felipe B. Felix	5.000,00
Carlos H.M. Silva	7.000,00
Jesaias P.R.Andrade	32.000,00
Jesaias P.R.Andrade	32.000,00
Alexandre R Ramagem	32.000,00
Renato Pagotto Carnaz	32.000,00
Renato Pagotto Carnaz	32.000,00
Alexandre R. Ramagem	32.000,00
Bruno Altoé Duar	5.000,00
Ricardo Luiz Pascoal	7.000,00
João Paulo H. Timbó Martins	6.000,00
Fernando A.T.Farias	5.000,00
Claudenir Natalino Alves	9.000,00
Alexei Andrade Lopes	6.000,00
Fredd Valdir de Lima	3.000,00
Claudenir Natalino Alves	12.000,00
Alexei Andrade Lopes	800,00
Douglas Soares Valente	25.000,00
Douglas Soares Valente	32.000,00
João Paulo de H. Timbó Martins	6.000,00
Aparicio B. Tavares	32.000,00
Fernando A. Torres	4.000,00
Ricardo Luiz Pascoal	4.000,00
Bruno Altoé Duar	5.000,00
Rogério Antonio Pereira	6.000,00
Alexei Andrade Lopes	9.000,00
Renato Riberio Carvalho	6.000,00
Cristiana R. Aguiar	32.000,00
Cristiane R. Aguiar	16.000,00
Josenir Magalhães dos Santos	2.500,00
Carlos Henrique M. Silva	6.000,00
Aparicio B. Tavares	32.000,00
Fernando A.Uchoa Amorim	2.500,00
Bruno Altoé Duar	5.000,00

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008

Orientações para elaboração

Para cada recomendação efetuada pelo Órgão ou Unidade de Controle Interno informar:

1. Número de relatório: 2008253

1.1. Descrição da Recomendação: Não realizar pagamento de diárias a servidores da área-meio utilizando recursos destinados às áreas finalísticas.

1.2. Setor responsável pela implementação: NEOF/SELOG

1.3. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): Improriedade controlada pelo CH/NEOF de pronto.

2. Número de relatório: 2008253

2.1. Descrição da Recomendação: Efetuar pesquisa no SIASG/SISPP/CONPRECO e no SIASG/SICAF/ CONGERFORN/CONFORNPAR, antes de realizar a contratação por Dispensa de Licitação, com o intuito de verificar, respectivamente, o preço de aquisição praticado por outras Unidades locais e a existência de fornecedores cadastrados para o fornecimento do produto a ser adquirido.

2.2. Setor responsável pela implementação: NAD e CPL

2.3. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): Fora oferecido aos servidores treinamento na área de compras e licitações (NAD e CPL), estendendo o mesmo para o exercício de 2009, visando otimização dos processos de aquisição.

3. Número de relatório: 2008253

3.1. Descrição da Recomendação: Não incluir cláusulas que restrinjam a participação de empresas em virtude do local da prestação dos serviços, na realização dos próximos processos licitatórios, com vistas à contratação de empresas para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva.

3.2. Setor responsável pela implementação: CPL

3.3. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): No caso ora em comento, procuraremos evitar a todo custo inserir cláusulas restritivas nos contratos, se adequando ao solicitado no Relatório de Auditoria n. 208253.

4. Número de relatório: 2008253

4.1. Descrição da Recomendação: Proceder ao atesto das despesas com suprimento de fundos na forma disposta no item 11.3 da Macrofunção 02.11.21 do Manual SIAFI, ou seja, a comprovação das despesas realizadas deverá estar devidamente atestada por outro servidor que tenha conhecimento das condições em que estas foram efetuadas e não pelo próprio suprido.

4.2. Setor responsável pela implementação: Usuários de Suprimento de Fundos (delegacias/setores)

4.3. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): Será cobrado do suprido, as retromencionadas justificativas em epígrafe, como forma de tornar transparente e inconteste as prestações de contas.

13. Determinações e recomendações do TCU

(NÃO HOUE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO)

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Item 14 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	Não se aplica	Não se aplica
Desligamento	Não se aplica	Não se aplica
Aposentadoria	Não se aplica	Não se aplica
Pensão	Não se aplica	Não se aplica

Obs.:

Os atos solicitados em epígrafe são realizados por meio da DGP/DPF/DF

15. Dispensas de Instauração de TCE eTCE cujo envio ao TCU foi dispensado

(NÃO HOUE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO)

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Obs: Qtde – posição em 31.12; Despesa – total incorrido no exercício

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	124	9.375.740,43	143	12.791.779,82	150	17.930.879,63
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade					-	-
Total Pessoal Próprio	124	9.375.740,43	143	12.791.779,82	150	17.930.879,63

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza	26 – Vigil. 08 – Limp.	531.684,72 217.600,20	22 – Vigil. 08 – Limp.	473.003,28 245.663,03	22 – Vigil. 10 – Limp.	509.027,64 319.221,63
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	14 - Recep. Digit.	441.453,48	17 – Recep. Digit.	551.815,74	17 – Recep. Digit.	551.815,74
Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
Estagiários	-	-	-	-	03	7.176,00
Total Pessoal Terc + Estag	48	1.190.738,40	47	1.270.482,05	49	1.387.241,01

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	-	-	-	-	-	-
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	01	6.636,54	-	-	01	202.795,54
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal cedido pela Unidade	01	6.636,54	-	-	01	202.795,54

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	107	16.030.470,96
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	43	1.900.408,67
Total Geral	150	17.930.879,63

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

ATIVIDADES POLICIAIS 2008

SEOR TÉCNICO CIENTÍFICO - SETEC

LAUDOS PERICIAIS	2008	2007	2006
Audiovisual e Eletroeletrônicos	17	11	24
Contábil e Econômicos	39	20	09
Balística Forense	60	157	43
Engenharia	06	08	02
Informática	98	81	16
Laboratório	29	28	27
Local de Crime	19	35	16
Meio Ambiente	20	32	05
Veículos	56	105	-
Documentoscópicos	38	37	38
Merceológicos	44	75	26
Papiloscópicos	11	10	-
Diversos	00	08	112
Total	437	607	318

A produção de Laudos do SETEC/RR foi (considerando as limitações de equipamento, pessoal e espaço) compatível, em termos relativos, com a produção de outras unidades de criminalística. Parte da produção de laudos na área ambiental foi ilimitada pela impossibilidade de instalação dos novos equipamentos oriundos do projeto PRO-AMAZONIA/PROMOTEC e pelas questões relacionadas à Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

NÚCLEO DE OPERAÇÕES - NO/DREX

Principais atividades	2008	2007	2006
Mandados de prisão cumpridos	13	07	15
Mandados de busca apreensão	00	02	13
Apreensões de produtos de descaminho	00	00	28
Apreensões de armamento/munição	00	01	05
Intimações cumpridas	359	830	190
Segurança de dignitários	05	00	18
Missões conjuntas (IBAMA, FUNAI, INCRA)	06	00	11
Prisões em flagrante	00	00	22
Escolta de presos	67	44	32
Diligências diversas	240	414	171

Devido à estruturação das Delegacias da DREX, com lotação de policiais, o número de intimações e diligências cumpridas por este núcleo diminuiu. As referidas intimações e diligências estão sob responsabilidades das Delegacias da DREX.

DELEGACIA DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO – DELEMIG

Principais atividades	2008	2007	2006
Estrangeiros autuados	361	323	391
Estrangeiros notificados a deixar o país	32	22	53
Inquéritos Policiais de expulsões instaurados	06	14	08
Inquéritos Policiais de expulsões relatados	-	09	05
Entrada de estrangeiros	14.668	14.750	12.331
Saída de estrangeiros	14.081	13.885	11.630
Saída de brasileiros	34.784	41.509	33.465
Entrada e saída de aeronaves	674	707	634
Translado de cadáveres	16	17	05
Autorização de viagem pra menores	1.010	1.536	1.164
Passaporte comum Expedido	6.645	8.388	8.085

Em 2008 verifica-se uma pequena diminuição da demanda pelos serviços oferecidos, especialmente no que diz respeito à procura por passaportes. As atividades da DELEMIG estiveram levemente prejudicadas em virtude da troca de pessoal, com a saída dos servidores mais experientes e entrada de novos policiais. Assim também, com a chefia sendo assumida por um Delegado, a equipe policial passou também a trabalhar com demandas referentes a inquéritos policiais, comprometendo em parte as atividades referentes à imigração.

No que diz respeito à fiscalização do tráfego internacional, verificou-se um aumento do número de estrangeiros autuados. A disponibilização de meios para a implementação da fiscalização nos postos avançados e a determinação de consulta ao banco de dados do SINPI resultou em aumento na arrecadação referente a multas. Entretanto, verifica-se a necessidade de maior uso da ferramenta de consulta ao SINPI, o que pode incrementar os resultados alcançados.

DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES FAZENDÁRIOS – DELEFAZ

Principais apreensões:	2008	2007	2006
gasolina	14.732 l	37.420 l	47.314 l
diesel	1.500 l	2.740 l	10.781 l
Automóveis / moto	33 un	62 un	65 un
Caminhões /ônibus	2 un	15 un	5 un
diamante	203 gr	1001 gr	130 gr
Bebidas alcoólicas	1279 un	18.282 un	8329 un
CDs e DVDs piratas	0	9.224 un	8932 un
Medicamentos	2912 un.	22.680 un	2744 un
Ap. Celulares	25 un.	-	-
Equip. esporte aquático	703 un	-	-
Alho	1.320 kg	-	-

Principais apreensões:	2008	2007	2006
Armas de brinquedo	145 un	-	-
Armas de fogo	09 un	-	-
Camisas pirata	4.296 un	-	-
Calçados pirata	791 un	-	-
Eletrônicos diversos	734 un	-	-
Ouro	203 gr	-	-
Relógios	615 un	-	-
Cédulas falsas diversas	42 un	-	-

Esta descentralizada alterou sensivelmente o foco de sua atuação a partir de meados de 2008, devido a assunção de nova chefia. Constatando o elevado número de IPL's instaurados para investigar fraudes envolvendo recursos públicos federais provenientes de convênios com a União, a DELEFAZ/RR houve por bem centrar maiores esforços nos crimes de quadrilha, peculato, corrupção e grilagem de terras, a fim de contribuir, no médio prazo, para a melhor versação das verbas públicas federais destinadas a este Estado-membro. O contrabando/descaminho passou a sofrer uma análise seletiva de modo a maximizar a nossa atuação, com o que se tem obtido bons resultados, conforme tabela supra. Se por um lado diminuiu o número de apreensões de combustível, por outro aumentaram ou surgiram apreensões de outros bens antes passados despercebidos, como alho, armas de fogo, camisas e calçados pirateados, aparelhos eletrônicos e ouro. Assim, esta descentralizada vem procurando atender as diversas demandas impostas por sua ampla atribuição com sua exígua estrutura de trabalho, de modo a dirimi-las satisfatoriamente.

DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA - DELESP

Principais atividades	2008	2007	2006
Vistoria de empresas de vigilância	08	12	05
Vistoria de veículos especiais de transporte de valores	11	11	08
Vistoria de agências bancárias	35	40	36
Carteiras de vigilantes requeridas	61	119	180
Certificados de vigilantes registrados	350	297	255
Guias de transferência e/ou transporte de armas	26	36	31
Consultas/informações prestadas	30	36	15

A DELESP/RR encontra-se com todos os procedimentos e vistoria atualizados, não existindo nenhuma pendência. Está sendo planejada a implementação de um calendário de vistorias/fiscalizações a serem desempenhadas por esta Especializada, tendo como finalidade exercer efetivamente o controle e a fiscalização do exercício da atividades de segurança privada neste Estado, com vistas a coibir o exercício irregular (clandestino), como também verificar se as empresas regulares estão colocando em seus postos de serviços vigilantes devidamente habilitados e em conformidade com as normas que regulam o setor. A efetivação da implantação da Gestão Eletrônica de Segurança Privada GESP, no âmbito da Superintendência de Polícia Federal em Roraima, bem como, junto às Empresas Especializadas e Curso de Formação. Contar com o apoio de policiais do Núcleo de Operações – NO, para em conjunto com policiais da Delesp, intensificar a fiscalização no combate ao exercício clandestino da segurança privada.

DELEGACIA DE REPRESSÃO A ENTORPECENTES – DRE

Principais apreensões:	2008	2007	2006
COCAÍNA (KG)	128,00	116,00	928,61
MACONHA (KG)	-xx-	4,25	3,37

As operações desenvolvidas pela DRE/RR no ano de 2008 tiveram como foco a repressão ao tráfico interestadual e internacional de drogas, valendo-se dos trabalhos de inteligência com o fim de apreender considerável quantidade de entorpecente, bem como a desarticulação de organizações criminosas.

SETOR DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL - SPO QUADRO DE ORDENS DE MISSÃO POLICIAL E ORDENS DE SERVIÇO ADMINISTRATIVO

DESCRIMINAÇÃO	2008	2007	2006
Postos avançados	125	99	106
Seguranças de Testemunhas	04	00	32
Outros Estados	194	111	84
Cursos e eventos	58	75	99
Diligências	479	475	496
Mandados e Intimações	174	134	72
Operações	08	73	117
Fiscalização de obras	09	03	16
Escoltas	81	88	63
Perícias Externas	11	21	52
Ordens de Serviço	205	204	217
TOTAL	1.348	1.283	1.354

Houve um aumento considerável no número de Ordens de Missão para os postos avançados, tendo em vista a permanência de chefe fixo no Posto Avançado, agora Delegacia de Pacaraima e algumas atividades de reforço de efetivo. Houve aumento da segurança de testemunhas, tendo em vista a Operação Arcaño. Aumentou consideravelmente o número de intimações e missões fora da Unidade da Federação, proporcional ao aumento de efetivo de Agentes.

DELEGACIA DE COMBATE A CRIMES AMBIENTAIS E CONTRA O PATRIMÔNIO HISTÓRICO - DELEMAPH

APREENSÕES	2008	2007	2006
Animais silvestres	20	678	11
Madeira	-	100m3	-
Veículos	-	6	-
Pedras preciosas	-	23	-
Arma de fogo	2	3	2
Moto Serra	4	1	-

Em 2008 foram intensificados os trabalhos conjuntos com outros órgãos como o IBAMA e o Ministério do Trabalho, com o objetivo de obter melhor resolução dos problemas encontrados durante as fiscalizações da DELEMAPH, visando a excelência nas atividades.

Nas operações CEDRO-ACARÍ I e II foram identificados desmatamentos de grande monta em uma região isolada do estado de Roraima, onde trabalhadores eram mantidos em condição análoga a de escravos. Foi preso um importante empresário da região, que possui muitas propriedades em Roraima e que pretendia transformar em pasto uma grande área próxima da fronteira com a Venezuela.

O empresário foi prontamente autuado pelo IBAMA e pelo Ministério do Trabalho, que foram chamados para acompanhar a operação policial, oportunidade onde os trabalhadores foram devidamente assistidos pelo poder público.

Também se destaca a operação ODONATA, que prendeu um pesquisador francês que pretendia transportar ilegalmente para a Europa alguns espécimes de libélulas. Esta foi a primeira prisão de biopirata registrada em Roraima.

Cabe ressaltar que em operações realizadas com o apoio do IBAMA, as apreensões de materiais e principalmente de animais fica mais célere, desburocratizando os procedimentos com a guarda de materiais e provendo aos animais atendimento especializado desde o início das operações.

CORREGEDORIA – COR

QUADRO DE INQUÉRITOS INSTAURADOS, RELATADOS E EM ANDAMENTO

DESCRIMINAÇÃO	2008	2007	2006
Quantidade de IPL's instaurados	477	550	602
Quantidade de IPL's relatados	537	616	231
Quantidade de IPL's em andamento	913	973	1039

Com relação à instauração de inquéritos policiais no ano de 2008, nota-se uma pequena diminuição em relação ao ano anterior. Isso se deu pelo fato da Corregedoria Regional ter tido uma reunião com a Justiça Federal, com o Ministério Público Federal, ocasião em que restaram estabelecidos entre esses órgãos, considerando a atual legislação e a jurisprudência adotada, novos parâmetros para que as autoridades policiais federais processassem as apreensões relativas ao contrabando ou descaminho na circunscrição. Observa-se positivamente, da mesma forma, no exercício, tendo em vista gestões da Corregedoria Regional, um razoável equilíbrio entre o número de inquéritos instaurados e relatados, o que possibilitou uma melhor distribuição dos apuratórios em trâmite.

OPERAÇÕES POLICIAIS

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADOS
OÁSIS DELEFAZ	Boa Vista	Operação precursora com o objetivo de desarmar parceiros do Projeto de Assentamento Nova Amazônia/Truarú	01 preso 08 armas

CEDRO-ACARÍ DELEMAPH	Amajari-RR março	Reprimir o desmatamento ilegal nas margens dos igarapés Acarí e Ereú e o trabalho escravo na região	01 motosserra Levantamento de área desmatada Autuação administrativa pelo Ibama e Ministério do Trabalho
SÃO FRANCISCO DE ASSIS DELEMAPH	Boa Vista-RR Mucajaí-RR junho	Reprimir a caça ilegal de animais silvestres	01 preso 02 armas e subprodutos da caça de animais silvestres
CEDRO-ACARÍ II DELEMAPH	Amajari-RR junho	Reprimir o desmatamento ilegal nas margens dos igarapés Acarí e Ereú e o trabalho escravo na região	01 preso 03 motosserras Levantamento de área desmatada Resgate de 07 trabalhadores escravos
ARCANJO DRE	Boa Vista-RR junho	Desarticular esquema de pedofilia e tráfico de drogas	08 presos
BARRO II	Terra Indígena Raposa Serra do Sol julho	Manter a Ordem durante realização de Assembléia Indígena na região Surumu, na Reserva Raposa Serra do Sol.	Sucesso no objetivo
COIOTE DRE	Boa Vista-RR agosto	Desarticular organização criminosa de tráfico de drogas	15 presas
ELEIÇÕES 2008 DELINST	Boa Vista, Pacaraima, Bonfim, Cantá, Mucajaí e Caracarái outubro	Manter a ordem durante os pleitos municipais em todas as cidades do Estado de Roraima	Sucesso no objetivo
ANOPHELES NIP	Boa Vista-RR, Mucajaí-RR novembro	Desarticular organização criminosa que realizava desvio de verba pública e superfaturamento de obra em convênio da Prefeitura de Mucajaí e FUNASA.	10 presos

BASTILHA NA/DREX DRCOR	Boa Vista-RR novembro	Em novembro, desarticular organização criminosa que realizava homicídios e tráfico de drogas no interior do Presídio Agrícola e Cadeia Pública.	15 presos
ODONATA DELEMAPH	Boa Vista-RR dezembro	Combate à biopirataria	01 preso Apreensão de 20 odonatas (libélulas) Autuação administrativa pelo Ibama
UAPATAKON III	Terra Indígena Raposa Serra do Sol janeiro à dezembro	Cumprir determinação federal para o cumprimento da homologação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol	Sucesso no objetivo

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Item B do Anexo II da DN-TCU-93/2008

(NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO)

Boa Vista – Roraima, 27 de março de 2009

José Maria Fonseca
Superintendente Regional
SR/DPF/RR